



SEÇÃO: TEMÁTICA LIVRE

A biopolítica em tempos de coronavírus: uma análise discursiva sobre a campanha do Ministério da Saúde no Brasil

Biopolitics: in coronavirus times: a discursive analysis on campaigns of the ministry of health in Brazil

Biopolítica en tiempos de coronavirus: un análisis discursivo sobre la campaña del Ministerio de Salud en Brasil

Edjane Gomes de Assis¹

orcid.org/0000-0003-1656-1112
assisedjane@hotmail.com

Recebido em: 1 set. 2020.

Aprovado em: 23 fev. 2021.

Publicado em: 11 jun. 2021.

Resumo: Desde o final de 2019, e ainda em 2020, o mundo vem se deparando com uma crise sanitária de grandes proporções. Falamos da pandemia provocada pela COVID-19. Doença que tem mobilizado a comunidade científica em busca da tão sonhada cura. Para nós linguistas, vale observar como os discursos veiculados pelos órgãos governamentais constituem sentido no que concerne à forma como se estabelece o diálogo com a população. Este processo de discursivização empreendido pelo poder público denomina-se *biopolítica* – um conceito articulado pelo teórico Michel Foucault, que compreende um conjunto de normas utilizadas para controlar a vida dos sujeitos. À luz da Análise do Discurso, com base em Foucault (1997; 2000; 2009), Charaudeau (2016), e Courtine (2006), o artigo analisa como a biopolítica aparece em dois cartazes publicados no *site* do Ministério da Saúde no Brasil. Nossas investigações comprovam que há, assim, uma busca pela instauração de um efeito de positividade do governo em ganhar a confiança da população no enfrentamento desta crise sanitária.

Palavras-chave: Biopolítica. Coronavírus. Ministério da Saúde.

Abstract: Since the end of 2019, and even in 2020, the world has been face with a major health crisis. We're talking about the pandemic caused by COVID-19. A disease that has mobilized the scientific community in search of the long-aforsome cure. For us linguists, it is worth noting how the discourses conveyed by government agencies are meaning with regard to the way in which dialogue is established with the population. This process of discursivization undertaken by the public power is called biopolitics – a concept articulated by the theoretician Michel Foucault, which comprises a set of norms used to control the subjects' lives. In the light of Discourse Analysis, based on Foucault (1997; 2000; 2009), Charaudeau (2016), and Courtine (2006), the article analyzes how biopolitics appears on two posters published on the website of the Ministry of Health in Brazil. Our investigations prove that there is thus a search for the establishment of a positive effect of the government in gaining the trust of the population in coping with this health crisis.

Keywords: Biopolitics. Coronavirus. Ministry of Healt.

Resumen: Desde finales de 2019, y aún en 2020, el mundo se ha enfrentado a una gran crisis sanitaria. Estamos hablando de la pandemia causada por COVID-19. Una enfermedad que ha movlizado a la comunidad científica en busca de la cura larga y anhelante. Para nosotros, los linguistas, vale la pena señalar cómo los discursos transmitidos por los organismos gubernamentales son significado con respecto a la forma en que se establece el diálogo con la población. Este proceso de discursivización empreendido por el poder público se llama biopolítica, un concepto articulado por el teórico Michel Foucault, que comprende un conjunto de normas utilizadas para controlar la vida de los sujetos. A la luz del análisis del discurso, basado en Foucault (1997; 2000; 2009), Charaudeau (2016) y Courtine (2006), el artículo analiza cómo aparece la biopolítica en dos carteles



Artigo está licenciado sob forma de uma licença
[Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

¹ Universidade Federal da Paraíba (UFPB), João Pessoa, PB, Brasil.

publicados en el sitio web del Ministerio de Salud en Brasil. Nuestras investigaciones demuestran que, por lo tanto, se busca el establecimiento de un efecto positivo del gobierno para ganar la confianza de la población para hacer frente a esta crisis de salud.

Palabras clave: Biopolitique. Coronavirus. Ministère de la Santé.

Introdução

Desde o aparecimento da pandemia provocada pela COVID-19, os órgãos governamentais brasileiros, seja na esfera federal, estadual ou municipal, vêm procurando manter uma relação de proximidade com o público. Como em uma guerra, a primeira vítima é a informação, os poderes institucionais (alguns ministérios, além das secretarias estaduais e municipais de Saúde) utilizaram meios para informar a população sobre procedimentos necessários para prevenir a doença, e, em caso de contaminação, apresentaram medidas a serem tomadas. Para tanto, foram lançadas campanhas informativas publicadas na mídia impressa, eletrônica e digital.

Primando pelo didatismo e objetividade, as informações sobre a doença veiculadas nessas plataformas, sobretudo as digitais, vêm emolduradas de estratégias multimodais que contribuem para o diálogo com um público ansioso diante de uma patologia tão complexa e com previsões não muito otimistas de especialistas. Além dos informes publicados diariamente, as instâncias governamentais, sobretudo as estaduais e municipais, sancionaram decretos, ou seja, normas disciplinares de controle da população, que prescrevem o uso de máscara (ao sair de casa), como também, o isolamento social para evitar o contágio, e, conseqüentemente, a sobrecarga em hospitais, e a abertura apenas de alguns estabelecimentos que desempenhem serviços essenciais, tais como: supermercados, farmácias, *pet shops*, hospitais, dentre outros.

As relações de interação, em suas mais diversas configurações, são uma premissa nos estudos linguísticos. Façamos uma breve retrospectiva sobre os modos de veiculação da mensagem. Sabemos que a linguagem pictórica sempre foi utilizada pela humanidade ao longo do tempo.

Ainda em períodos arcaicos, temos a representação de textos imagéticos rupestres deixados pelos nossos ancestrais, que, de modo geral, visavam, além de relatar seus feitos diários, materializar uma cultura, e, assim, estabelecer algum grau de relação com o seu próximo/contemporâneo, bem como com outros povos na posteridade.

Observando os dias atuais, diríamos que a comunicação veiculada em *sites* institucionais, com sua linguagem digital típica deste século XXI compreendem uma reconfiguração de modelos antigos, sobretudo quando entendemos os efeitos de sentido propostos pelos sujeitos. Com o surgimento da crise sanitária no Brasil, não distintamente de outros países, as assessorias de comunicação dos órgãos governamentais passaram por adaptações necessárias para informar a população sobre esse novo mal que desde março de 2020 tem ocupando diariamente os noticiários e impondo novos hábitos, e, conseqüentemente, uma nova forma de viver em sociedade. Isto porque a última crise sanitária com proporções relativamente semelhantes no Brasil ocorreu há mais de um século, em 1918, com a chegada da "gripe espanhola". Por se tratar de um vírus novo, que a cada dia se metamorfoseia, intrigando cientistas e médicos especialistas, a forma de comunicação dos órgãos de controle em relação à população precisou passar por um aprimoramento em que se privilegiou a clareza e a objetividade nas informações.

Deste modo, a campanha sobre a COVID-19 proposta pelo governo federal no *site* do Ministério da Saúde aparece constituída por procedimentos disciplinares que incidem diretamente na vida dos sujeitos. Essa forma de discursivização é denominada de *biopolítica* – um conceito articulado pelo filósofo Michel Foucault. Mediante essas reflexões preliminares, nosso artigo objetiva analisar, à luz das contribuições da Análise de Discurso, na esteira de Pêcheux, Foucault (1997, 2000, 2009), Charaudeau (2016), e Courtine (2006), dentre outros teóricos, como a biopolítica aparece na materialidade discursiva de dois cartazes sobre a COVID-19, veiculados no *site* do Ministério da Saúde.

Nossa análise está sistematizada da seguinte forma: No primeiro momento, discutiremos algumas categorias de análise, a saber: discurso, disciplina e biopolítica. Veremos as estratégias articuladas no discurso publicitário da campanha, evidenciando o valor de verdade creditado ao saber-poder da ciência, e, ainda, como os dispositivos de controle da vida dos sujeitos acionam modos de uma *biopolítica*. Mais adiante, analisando os dois cartazes propostos pelo governo, observamos que os recursos utilizados nessas materialidades, procuram instaurar efeitos de sentido no sujeito leitor, ou seja, nos brasileiros e brasileiras que não atuam na área de saúde, mas respondem por outros lugares e instâncias sociais. O poder governamental atua diretamente na vida dos sujeitos, em um processo de biopolitização, quando publica formas normativas de conduta, de comportamento para lidar com a doença, e, portanto, evitar sua proliferação acelerada. Após as análises, chegamos às considerações finais em que faremos uma rememoração sobre os dados analisados.

1 Discurso, disciplina, biopolítica

A virada pragmática dos estudos linguísticos que demarcaram as décadas de sessenta e setenta, o que resultou em teorias como a Linguística Textual, a Sociolinguística, a Etnolinguística, dentre tantas outras, evidenciam a necessidade de analisar a estrutura da língua considerando sua exterioridade. Cada tendência, por seu turno, contribui significativamente para entender que os modos de comunicação exigem múltiplas perspectivas que não devem ser desprezadas.

Na esteira dessas contribuições, temos as disciplinas voltadas para os estudos do discurso, como por exemplo, a Análise do Discurso francesa (AD). Um modo de interpretação de texto, inaugurada na França pelo linguista Michel Pêcheux, em 1969, e que se preocupa em articular a língua, a história e a psicanálise – uma tríade que busca explicar como os sentidos se materializam e adquirem outras nuances nas instâncias sociais. A década de sessenta foi marcada como um período de profundas confluências político-sociais. Podemos citar algumas: a guerra Vietnã,

a difusão do comunismo, a luta de países pela independência do monopólio norte-americano, os movimentos pelo direito das minorias e reafirmação de identidades demarcado pelos conflitos raciais e lutas pelos direitos trabalhistas. O campo intelectual não se manteve alheio a esse cenário. Isto se explica na forma como as tendências linguísticas foram se redesenhando em enfatizar o texto e a produção de sentido.

As vozes ouvidas nas ruas francesas do “maio de 68” ainda ecoavam em 1969. Deste modo, primando por uma agenda político-partidária, por ser filiado ao Partido Comunista Francês, os intelectuais, como o teórico Michel Pêcheux, promovem uma ruptura com a linguística estrutural, por acreditar que a análise do texto deve passar por uma análise não apenas de conteúdo, mas devem ser considerados os atravessamentos de sentido e os seus desdobramentos no discurso. Exige-se, pois, uma evidência na formação da ideologia, ou seja, nas visões de mundo que o sujeito vai demarcando em seu dizer. A tônica da primeira fase da Análise do Discurso vem com esse viés político, que no decorrer do tempo, como característica do próprio fazer científico, foi adquirindo uma nova formatação menos ácida e militante, resultante da própria fragmentação do Partido Comunista e o reposicionamento dos teóricos.

Além de Michel Pêcheux, temos outra figura importante: o filósofo Michel Foucault, que embora não se considere participe dessa empreitada teórica, traz contribuições relevantes para a reflexão sobre o poder, desprovida de uma visão dicotômica entre o bem e o mal, como se convencionou em outras vertentes filosóficas. Em sua análise, Foucault incorpora três reflexões que atravessam todo seu percurso investigativo. São elas: Como os saberes produzem isso que nós somos? Como as relações de poder interferem nisso que nós somos? E por último, mas não menos importante, a análise sobre os processos de subjetivação.

São aspectos que estruturam os princípios norteadores do pensamento de Foucault que evidenciam o sujeito do discurso, mas que, inevitavelmente, levariam à sua análise genealógica do poder. Se faz necessário identificar de que lugar

fala o sujeito, que condições normativas, que estratégias de poder ditam e, ao mesmo tempo, emolduram, adornam esse discurso. Para o teórico, o discurso "não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, e poder do qual nós queremos apoderar" (FOUCAULT, 2000, p. 10).

O discurso, ou seja, a linguagem em curso, funciona mediante regimes de verdade. Assim, o médico responde por um saber institucionalizado – a medicina. O discurso de um ministro da Saúde, por exemplo, responde pelo Estado e o seu conjunto de leis, sobretudo a maior de todas, a Constituição Federal.

Quanto à regulamentação das instâncias sociais e a sua correlação com o sujeito retomemos a análise feita por Foucault no que concerne ao discurso sobre a loucura que vigorou na França até o século XVII. Ao "louco", considerado como sujeito que "transgredia" a ordem vigente (seja por não ter emprego, por ser homossexual, por ser ateu, ou ainda, por ter problemas com álcool) é dada voz, com o objetivo de legitimação de sua "patologia" – a loucura. Ao se deparar com os inqueritos, as fichas desses "infames", Foucault chega à conclusão de que a loucura é uma construção histórica. O psiquiatra, que, a rigor, cultiva relações de afinidades com a aristocracia, assina a sentença desse sujeito através de um laudo, que é sancionado pelo rei.

Em *Vigiar e Punir: história da violência nas prisões* (2009) Foucault discute sobre a sociedade disciplinar que funciona através de uma politização do corpo do condenado, bem como do próprio soldado. A ordem das leis legitima o aparelhamento inquisitório que, por seu conjunto de diretrizes, ditam o delito e as formas de punição conforme o grau dessa transgressão à ordem. Na analogia que o teórico faz com o panóptico, um projeto arquitetônico construído especificamente para o sistema prisional, apresentam-se todos os elementos determinantes para o funcionamento de uma doutrina de controle – o *panoptismo*, técnica de vigilância, que configura uma economia do poder atuando através da disciplina, cujo objetivo é docilizar os corpos. As

disciplinas são entendidas como "métodos que permitem o controle minucioso das operações do corpo, que realizam a sujeição constante de suas forças e lhes impõem uma relação de docilidade-utilidade" (FOUCAULT, 2009, p. 133). As formas disciplinares foram se transformando no decorrer dos séculos, mas continuam atuantes na descontinuidade dos movimentos subjetivos através de outras tecnologias.

Nesta arqueologia discursiva sobre os dispositivos disciplinares, já podemos detectar na concepção que se cristalizou sobre a loucura, um construto de práticas regimentais que vão configurar uma espécie de *biopolítica* – um poder institucional que irá decidir, delegar sobre a vida (*bio*) dos sujeitos, quando se busca implementar efeitos de positividade em cuidar da saúde da população e manter a sua integridade física com vistas ao exercício da produtividade. Sobre a *biopolítica*, Foucault a define como: "A maneira pela qual se tentou, desde o século XVII, racionalizar os problemas propostos à prática governamental, pelos fenômenos próprios a um conjunto de seres vivos constituídos em população: saúde, higiene, natalidade, raças [...]" (FOUCAULT, 1997, p. 89).

A biopolítica é uma categoria de análise defendida por Foucault no curso, "Nascimento da biopolítica" proferido entre 1978 e 1979 no Collège de France. Rememorando os procedimentos de controle da sociedade, observa-se que a partir do século XVIII, o direito de decisão sobre a vida e morte ainda está concentrado nas mãos de um soberano. Contudo, não temos mais as punições em praça pública, mas o poder legitimado pela medicina que terá uma função maior da higiene pública com uma centralização das informações e com isso, um poder legitimador da verdade. Conforme a própria transformação da sociedade, esta tecnologia do poder – a biopolítica – vai também imprimindo novas ações e exigindo outros aparelhamentos direcionados para um fim: controle da vida dos sujeitos. Os efeitos de sentido construídos dentro de uma positividade, vão afirmar que o novo soberano não vai mais decidir sobre a morte. Ao contrário: vai cristalizar um discurso em favor da vida.

Sabendo que o funcionamento da sociedade é sustentado pela ordem das leis, vemos que a Constituição da República Federativa do Brasil (publicada em 1988), aparece como uma dentre tantas formas de biopoder. É o que está descrito no artigo 196, do Capítulo II a respeito da Seguridade Social, na Seção II, intitulada, "Da saúde":

A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação (BRASIL, 1988).

O artigo 196, configura normas disciplinares que asseguram a vida de modo igualitário. É o que está explícito também em outros dispositivos de controle como a Declaração Universal dos Direitos Humanos² em seu Artigo 3, quando observa que "Todo ser humano tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal" (ONU, 2018). Os documentos, as leis, são materialidades que servem para calibrar as práticas sociais e devem ser acolhidas indistintamente pelo Estado. O governo que não seguir os regimentos é considerado anticonstitucional.

Sobre esse caráter normativo na vida dos sujeitos, Foucault evidencia que a biopolítica se apresenta de modo marcante na Inglaterra do século XIX, quando se imprime uma legislação da saúde pública que cultiva suas raízes no liberalismo. Para o filósofo, o liberalismo é um "princípio e método de racionalização do exercício do governo – racionalização que obedece, e aí está sua especificidade, à regra interna da economia máxima" (FOUCAULT, 1997, p. 90). Há nessa abordagem foucaultiana, uma contraposição entre a racionalização governamental e a racionalização liberal. Enquanto a primeira é vista como uma interferência do Estado na vida dos sujeitos, a segunda propõe a necessidade de uma menor dependência deste Estado, com vistas à ampla abertura do mercado.

O interessante nessa comparação é verificar que as duas formas disciplinares cultivam um jogo de similitude – ambas objetivam potencializar a economia. Ou seja: o Estado, através de uma série de decretos e outros dispositivos, como campanhas de vacinação, de antitabagismo, controle de natalidade, dicas para manter uma vida saudável, entre outros discursos voltados para os hábitos da população, interdiscursivamente, objetiva construir uma sociedade mais produtiva: sujeitos saudáveis, como verdadeiros soldados aptos para a guerra, ou seja, engrenagens que irão movimentar a máquina capitalista. O discurso, embora saibamos que se trata de uma focalização no sujeito, aparece com uma abordagem mais universal – com determinações para a população. Em nenhum momento há uma prescrição para a morte, mas retardá-la o quanto possível.

Discursivamente, a disciplina atua transformando os sujeitos em corpos dóceis. Com o processo de biopolitização não teríamos meramente um corpo dócil, mas um sistema populacional, uma massificação dos antidotos em larga escala. Assim, a operacionalização do poder por meio da disciplina, não vai ressurgir com uma feição negativa, mas por meio do prazer. Aqui reside a contradição do pensamento foucaultiano com a tradição marxista – que resultou em muitos embates no cenário intelectual das décadas de sessenta e setenta. O poder não teria a função de ocultação, ou um artefato estritamente inquisidor, mesmo que ao longo do tempo, em civilizações mais punitivas, ele tenha sido utilizado como instrumento de repressão e punição. Todavia, como define o teórico, o poder se exerce em "sujeitos livres".

O poder só se exerce sobre "sujeitos livres", enquanto "livres" – entendendo-se por isso sujeitos individuais ou coletivos que têm diante de si um campo de possibilidades onde diversas condutas, diversas reações e diversos modos de comportamento podem acontecer (FOUCAULT, 2009, p. 244).

² O documento foi promulgado pela Assembleia Geral das Nações Unidas, na resolução 217 A III, em 10 de dezembro 1948, três anos após a Segunda Guerra Mundial.

A ideia de "sujeitos livres" é uma ruptura com a concepção estabelecida por Michel Pêcheux e que dominou a primeira fase da Análise do Discurso, quando se defendia que o poder, sendo utilizado pelo Estado, assujeitava ideologicamente os indivíduos. Contudo, "sujeitos livres" é a significação da resistência. Os sujeitos podem ser "livres", mas não totalmente passivos aos acontecimentos que os cercam. Estão inseridos em alguma instância discursiva, conseguem criar, resistir, pois o poder deve agora ser visto como uma relação de forças, dentro de um dinamismo e uma circularidade.

Os sujeitos localizados em uma instância de poder legitimador, como o governo federal, por exemplo, promovem um construto de ações, dispositivos que influenciam na vida de outros sujeitos; Então, as campanhas de vacinação, as propagandas contra o tabagismo, o controle de natalidade, os programas de dietas e outros procedimentos normativos que ditam o comportamento dos sujeitos, como evidenciamos, são veiculados para instaurar efeitos de positividade em sujeitos livres, que podem, ou não, seguir essas prescrições. Como exemplo de resistência, que é também uma forma de poder, citemos o acontecimento histórico no Brasil – a "revolta da vacina"³ (em 1904), como também, outros movimentos antivacina já neste século XXI. Sendo assim, a biopolítica, que é uma forma disciplinar, não vai aparecer como feições negativas, mas dentro de uma positividade com o objetivo de retardar o envelhecimento e garantir uma vida saudável em todas as suas fases.

Para entender, de um modo mais didático, como se constitui a biopolitização sobre os corpos dos sujeitos, vejamos o próximo tópico em que analisamos, mais especificamente, os efeitos de sentido instaurados pelo Ministério da Saúde na campanha contra o novo coronavírus.

2 O poder sobre a vida: mecanismos disciplinares em dois cartazes do Ministério da Saúde

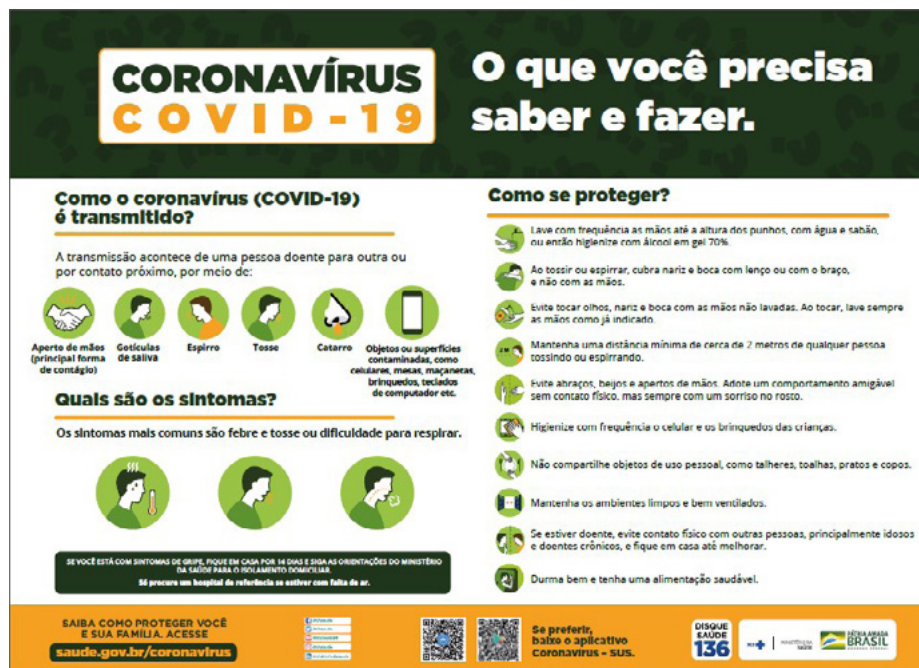
A crise pandêmica do coronavírus mobilizou quase todos os líderes mundiais em buscar formas para dirimir os danos causados por uma doença de grandes proporções.

Sabemos que as epidemias sempre fizeram parte da história da sociedade. Nossa forma de viver e, ao mesmo tempo, nosso modo de lidar com o conhecimento científico se refletem na forma como encaramos cada patologia. Não podemos negar que a crise sanitária que assolou o mundo a partir do final de 2019 nos proporcionou uma inflexão sobre o sendo de comunidade e o bem comum. Em *História das epidemias*, de Stefan Cunha Ujvari (2020), temos um retrospecto das principais epidemias que assolaram o mundo desde a Grécia Antiga a 2020. O autor nos convida a percorrer a história em busca de entender que o passado teima em visitar o presente.

Até o dia 27 de agosto de 2020, foram registrados, segundo o consórcio de veículos da imprensa, 118.726 mortes e 3.764.493 casos da COVID-19 no Brasil. Como política de controle sobre a vida da população, o Ministério da Saúde, em seu *site*, publicou uma série específica sobre o coronavírus. O portal do Ministério da Saúde é atualizado diariamente, e, a rigor, aparece com uma diversidade de gêneros discursivos: infográficos, boletins epidemiológicos, reportagens, notícias e outros materiais que podem ser baixados pelos usuários. O construto de materiais publicados na página da instituição, configura, discursivamente, uma biopolitização, que, como vimos, se materializa neste conjunto de normas, técnicas, dispositivos de controle sobre a vida dos sujeitos. Vejamos o primeiro artefato informativo que consideramos como a materialização do biopoder:

³ A revolta da vacina foi um movimento da população do Rio de Janeiro que se posicionou contra a vacina da varíola, mas segundo alguns historiadores as motivações englobavam questões políticas com consequências nas questões sanitárias. A imprensa também cumpriu um papel determinante em publicar charges ironizando o pesquisador Oswaldo Cruz.

Figura 1 – Cartaz de Campanha sobre o Coronavírus



Fonte: Ministério da Saúde (2020).⁴

Primeiramente é importante esclarecer que há uma discussão que divide os linguistas quanto à natureza do cartaz, se configura um gênero discursivo ou um suporte. Nossa análise aqui não se debruça na categorização do gênero, mas no que se refere à forma como o discurso constituído nesse dispositivo de controle se apresenta e promove efeitos de sentido.

No cartaz (Figura 1), dadas as devidas proporções da própria complexidade do contexto pandêmico, instaura-se um efeito de promoção do Ministério da Saúde como uma instituição que cuida do cidadão, que o protege e quer mantê-lo saudável. São apresentadas medidas disciplinares que determinam os movimentos comportamentais dos sujeitos. A diagramação do cartaz evidencia a necessidade de dialogar diretamente com a população acerca do coronavírus. É o que se percebe já na parte superior, bem como nos demais espaços, em que se apresenta uma predominância das cores que lembram a bandeira nacional.

Sobre a técnica de diagramação, Hernandez (2017) apresenta quatro conjuntos significantes

que são indissociáveis. Podemos fazer um jogo de similitudes da análise feita por Laje para a mídia impressa (jornais e revistas) com o *modus operandi* arquitetado nos cartazes do Ministério da Saúde. Eis os quatro conjuntos:

1- o verbal, manifestado tipograficamente (letras, cores, textura); 2 – fotográfico (imagens fotográficas obtidas por meios convencionais ou digitalmente); 3 – pictórico (charges, ilustrações, quadrinhos, vinhetas, etc.); 4 – Misto (infográficos com a utilização de outros conjuntos significantes citados) (HERNANDES, 2017, p. 207-208).

Os enunciados "Coronavírus – COVID-19 – O que você precisa saber e fazer", postos no topo do cartaz, estabelecem uma relação de proximidade com o público. Utilizando uma linguagem sincrônico verbo-visual e sintética, promove-se uma biopolitização sobre os sujeitos, por meio de três perguntas que se coadunam: "Como o coronavírus (COVID-19) é transmitido? Quais são os sintomas? Como se proteger?" As respostas vêm adornadas de um discurso icônico: desenhos ilustrativos que demarcam o ritmo do dizer e contribuem para o diálogo com os sujeitos.

⁴ Disponível em: <https://www.saude.gov.br/campanhas/46452-coronavirus>. Acesso em: 16 maio 2020.

Na resposta à primeira pergunta são descritas as formas de contaminação através de desenhos acompanhados por legendas explicativas. A resposta à segunda questão segue o mesmo ritmo: desenhos que simulam uma pessoa com a temperatura alta, outro que simula alguém tossindo e a última ilustração, sugere alguém com dificuldade para respirar. Mas a biopolítica é materializada de forma mais incisiva na resposta dada à terceira pergunta: "Como se proteger?". A resposta se apresenta com um número maior de ilustrações, contabilizando 10 (dez), cuja explicação vem com predominância de verbos no imperativo, que, discursivamente, entendemos como medidas disciplinares que devem ser obedecidas pelos sujeitos. Eis alguns modos disciplinares:

- Lave com frequência as mãos até a altura dos punhos, com água e sabão, ou então higienize com álcool em gel 70%.
- Ao tossir ou espirrar, cubra nariz e boca com lenço ou com o braço e não com as mãos.
- Evite tocar nos olhos, nariz e boca com as mãos não lavadas, ao tocar, lave sempre as mãos como já indicado.
- Mantenha uma distância mínima de cerca de 2 metros de qualquer pessoa tossindo ou espirrando.
- Evite abraços, beijos e apertos de mãos. Adote um comportamento amigável sem contato físico, mas sempre com um sorriso no rosto.
- Higienize com frequência o celular e os brinquedos das crianças.
- Não compartilhe objetos de uso pessoal, como talheres, toalhas, pratos e copos.
- Mantenha os ambientes limpos e bem ventilados.
- Se estiver doente, evite contato físico com outras pessoas, principalmente idosos e doentes crônicos, e fique em casa até melhorar.
- Durma bem e tenham uma alimentação saudável (BRASIL, 2020).⁵

Antes de cada medida restritiva há vários ícones que ilustram cada ação. E, com o objetivo de manter a parceria com a sociedade, no rodapé do cartaz, há outras formas interativas pelas quais a

população poderá se manter informada. Instaure-se um biopoder em que o Estado se figurativiza como aquele que protege a população e contribui para a preservação da vida, já que, nesta nova configuração, não há mais espaço para a morte. O discurso da saúde volta nesta tecnologia de poder através de um efeito de positividade. Os verbos no imperativo atenuam o peso da ordem, da determinação típico de um caráter disciplinador e ganham o formato de um aconselhamento, uma sugestão para que a população, seguindo essas recomendações, evite a contaminação, ou caso aconteça, não passe para outras pessoas, mantendo-se, para isso, isolada.

A interatividade construída no cartaz, que visa uma aproximação do poder público com a população, aparece nos endereços de contato do Ministério da Saúde específicos sobre o coronavírus, além da imagem de QR⁶ para baixar o aplicativo e o número do telefone – o disque saúde. A voz da instituição que ratifica o biopoder está representada também na logomarca do Ministério da Saúde. Assim, se alguém deseja baixar o cartaz (que também é uma estratégia de interação) e afixá-lo em estabelecimentos, terá em mente de que sua fala está ancorada em um discurso de autoridade – o Ministério da Saúde.

O segundo cartaz é direcionado para a apresentação de uma central de atendimento específica sobre o coronavírus – o "TeleSUS". Em uma abordagem sobre o léxico, observamos que a relação de proximidade com o público já se estabelece na criação de um neologismo "TeleSUS". O discurso aparece de modo ainda mais objetivo, com poucas frases, mas mantém as cores da bandeira nacional e um desenho ilustrativo de uma mão segurando um celular, em que aparece na tela a figura que lembra um médico, pelo uniforme

⁵ Disponível em: <https://www.saude.gov.br/campanhas/46452-coronavirus>. Acesso em: 16 maio 2020.

⁶ QR (Quick Response), um código de barras bidimensional que pode ser reconhecido pelo celular.

Figura 2 – Cartaz de Campanha sobre o Coronavírus



Fonte: Brasil (2020).⁷

A tentativa de manter uma interação com o público se estabelece no cartaz (Figura 2) de modo marcante. Dialoga-se com a política de isolamento social, mas de modo confortável, já que a população se mantém protegida em suas casas. É o que está posto no *slogan*: “TeleSUS, Consulta sem sair de casa”.

Como no informe anterior dessa campanha de combate ao coronavírus, cria-se a imagem de que todo brasileiro possui celular e sabe baixar aplicativos, quando no cartaz são apresentados vários canais que podem ser acessados pela população, como está descrito em: “Ligue 136; Acesse saude.gov.br/coronavirus, fale no chat ou baixe o aplicativo coronavírus-sus ou mande um ‘oi’ no Whatsapp, no número 61-9938-0031.” E na parte inferior do cartaz, há uma alerta para o cuidado com a segurança dos dados e evitar falsas ligações em nome do Sistema Único de Saúde (SUS).

O biopoder materializado nesse dispositivo de controle, o cartaz do Ministério da Saúde, aparece como um serviço personalizado, de modo que recria no imaginário desse cidadão, o sentido de

que ele é importante e goza de privilégio em ter um médico pessoal. Basta acionar um dos canais disponíveis e receber uma consulta com médicos especializados e prontos para atendê-lo.

Os dois cartazes são materialidades discursivas que ressurgem mediante técnicas disciplinares capazes de exercer domínio sobre a vida dos sujeitos. Funcionam, deste modo, como uma biopolítica. Essa economia de um poder vigilante, mas que age através do prazer, do zelo e cuidado com o outro. Para tanto, vemos na opacidade do dizer a necessidade de instaurar, no imaginário social, um efeito de positividade em relação ao governo. O cartaz “apaga” qualquer polêmica em apresentar que estão interligados dois regimes de verdade historicamente construídos em uma sociedade democrática: a política (governo federal) e a ciência (voz dos médicos e pesquisadores).

Em relação ao efeito de credibilidade construída pelo poder político (aqui representado pelo Ministério da Saúde) recorremos aos estudos do teórico Patrick Charaudeau sobre a formação da opinião pública. O pesquisador afirma que para uma pessoa ser reconhecida como credível é necessário que ela “fabrique, de si mesma, uma imagem que corresponda a essa qualidade. Exige-se uma maneira de ser e de saber” (CHARAUDEAU, 2016, p. 73). A maneira adotada pela instituição para construir a credibilidade mobilizando a opinião pública, está reafirmada na linguagem verbo-visual dos cartazes, além de “vender” um discurso de atualidade em apresentar as várias possibilidades de acesso à informação por meio das redes sociais. A apelação e o convencimento se estabelecem pela própria natureza do objeto – o coronavírus. Caso não sejam cumpridas estas determinações, a população adoecerá e os danos terão desdobramentos ainda mais complexos.

Lembremos como os instrumentos reguladores como a Constituição Federal, as práticas normativas da Organização Mundial de Saúde e a Declaração Universal dos Direitos Humanos aparecem com um discurso mais rígido e objetivo. Em contrapartida, o discurso científico veicula-

⁷ Disponível em: <https://www.saude.gov.br/campanhas/46452-coronavirus>. Acesso em: 16 maio 2020.

do nos dois cartazes, enquanto tecnologias de uma informação, estão em plena sintonia com os modos de produção deste século XXI. Os cartazes são um bem de consumo porque podem ser baixados pelos usuários, e as premissas constantes nesses discursos, contribuem para a redução de danos: menos gente doente, menos gente utilizando a máquina pública.

Entendemos que os cartazes, cirurgicamente projetados para um contexto caótico da pandemia assume, de certo modo, o que o teórico Paulo Veyne (2015) discute acerca das formas de controle do imperador romano através do entretenimento. Em *Pão e circo*, Veyne evidencia que suavizar os decretos, atenuar a força das leis através da ludicidade compreendem um maior poder de controle – é o chamado *Panis et circenses*. Diríamos, pois, que a tática de politização arquitetada nos cartazes funciona, ou deveria funcionar, como mais um dispositivo regimental, de modo que os sujeitos não sentissem que estão sendo controlados, disciplinarizados. Quem iria ler/entender um decreto com letras minúsculas? Quem se interessaria em seguir algo com uma linguagem técnica distante do conhecimento de um público leigo? Há, deste modo, uma estratégia de aproximação que promove um maior dinamismo do dizer e poder.

Em *Metamorfoses do discurso político: derivas da fala pública* o teórico Courtine (2006), discute o processo de renovação da fala pública focalizando a substituição das “línguas de madeira” para as “línguas de vento”. Segundo Courtine, a análise discursiva deve considerar o processo de mediação que é utilizado pelo discurso político. Na genealogia discursiva dos dois cartazes do Ministério da Saúde, temos modos de reconfiguração destas “línguas de madeira”, ou seja, a rigidez de uma lei, de um decreto, ou uma determinação disciplinar, para uma aparente suavidade do dizer, através de uma arquitetura multimodal.

Diríamos que há, nesse dispositivo de biopoder, uma reorganização do discurso jurídico, bem como o discurso científico, em buscar uma consistência de “novo” – um dizer adornado de cores, imagens, formatação, diagramação tal como uma

cartilha ou um manual de instrução, que torna a informação mais didática, sobretudo por se tratar de um tema delicado. Não é necessário, pois, ler um artigo científico com toda sua linguagem técnica sobre a COVID-19. Basta acessar a página do Ministério da Saúde e se informar, e, em caso de dúvida, basta ligar e entrar em contato direto com algum especialista.

Considerações finais

Quando ainda uma gripe estranha apareceu no final de 2019 na China, deixando pelo caminho um grande número de vítimas fatais, os demais países, sobretudo os ocidentais, não poderiam imaginar a tamanha catástrofe que estaria por vir. A pandemia provocou transformações em nossa vida prática, mas, sobretudo, elucidou as desigualdades sociais que acompanham os países em que as políticas públicas parecem ausentes.

Ao Estado, que age através dos regimes disciplinares, cabe informar a população promovendo, assim, uma biopolitização. Conforme vimos, os dois cartazes elaborados pelo Ministério da Saúde, trazem discursos pautados nas prescrições da Organização Mundial de Saúde, mas que devem estar cientes das premissas constantes na carta magna – a Constituição Federal de 1988, e, mais especificamente em seu artigo 196. O poder não é sempre algo que diz “não”. E sendo assim, à luz das determinações contidas nos cartazes, cria-se um efeito de positividade em afirmar, interdiscursivamente, que o governo cuida dos cidadãos, vigiando, mas protegendo e não punindo.

Referências

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988_14.12.2017/art_196_.asp. Acesso em: 20 jul. 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. Governo Federal. **Portal do Ministério da Saúde**. 2020. Disponível em: <https://www.saude.gov.br/campanhas/46452-coronavirus>. Acesso em: 16 maio 2020.

CHARAUDEAU, Patrick. **A conquista da opinião pública: como o discurso manipula as escolhas políticas**. São Paulo: Contexto, 2016.

COURTINE, Jean, Jacque. **Metamorfoses do discurso político**: derivas da fala pública. São Carlos: Claraluz, 2006.

FELIPE GRANDIN *et al.* (ed.). Mortes e casos de coronavírus nos estados. **G1**. São Paulo, ago. 2020. Disponível em: <http://especiais.g1.globo.com/bemestar/coronavirus/estados-brasil-mortes-casos-media-movel/>. Acesso em: 28 ago. 2020.

FOUCAULT, Michel. **Resumo dos Cursos do Collège de France** (1970-1982). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. 6. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2000.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão: 36. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

HERNANDES, Nilton. **A mídia e seus truques**: o que o jornal, revista, TV, rádio e internet fazem para captar e manter a atenção do público. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2017.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Declaração Universal dos Direitos Humanos**, 2018. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2018/10/DUDH.pdf>. Acesso em: 19 maio 2020.

UJVARI, Stefan Cunha. **História das epidemias**. São Paulo: Contexto, 2020.

VEYNE, Paul. **Pão e circo**: sociologia histórica de um pluralismo político.

Tradução de Lineimar Pereira Martins. 1. ed. São Paulo: Editora da Unesp, 2015.

Edjane Gomes de Assis

Professora do Departamento de Língua Portuguesa e Linguística (DLPL) da Universidade Federal da Paraíba, Campus I. Possui Mestrado e Doutorado pelo Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGL - UFPB). Desenvolve pesquisas em Análise do Discurso francesa com ênfase em textos midiáticos. Semestralmente coordena projetos no âmbito do ensino, pesquisa e extensão voltados para a educação básica na rede pública.

Endereço para correspondência

Rua Antônio Miguel Duarte, 301, Bancários, CEP.: 58051-125, João Pessoa, PB